

## **OFÍCIO GP nº 100/2018**

Caruaru, 29 de março de 2018.

Excelentíssimo Senhor **Luiz Ferreira Torres Filho** Presidente da Câmara Municipal de Caruaru - PE

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Venho à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, apresentar o Projeto de Lei em anexo que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Municipal, destinado à concessão de subvenção à Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras – ACACCIL e dá outras providências."

Para melhor análise da proposta, encaminho a justificativa necessária a sua apresentação, bem como solicito que a presente proposta de Lei seja apreciada, discutida e ao final aprovada pelos Ilustres Vereadores, em caráter de urgência.

Atenciosamente,



#### **MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº 010/2018**

Excelentíssimos: Senhor Presidente, Senhores Vereadores

Submeto à apreciação dessa Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, em **regime de urgência**, o incluso Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Municipal, destinado à concessão de subvenção à Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras – ACACCIL e dá outras providências".

O presente projeto almeja dar continuidade ao apoio financeiro já concedido à *ACACCIL – Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras*, contribuindo desta forma com as ações desenvolvidas no âmbito cultural em nossa comunidade, fomentando, desta forma, autonomia financeira à entidade de forma colaborativa e sustentável.

A subvenção objetiva conceder apoio para que a ACACCIL continue realizando ações de cunho educacional e cultural em benefício da população caruaruense.

Ressaltamos que foi realizado estudo de impacto orçamentário, e este reajuste encontrase dentro do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme declaração em anexo.

Diante do exposto, certo da importância do projeto de lei em tela, estas são as razões pelas quais solicito que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa e, na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres pares, a manifestação do meu singular apreço, ressaltando a solicitação de caráter de urgência da análise do pleito que se apresenta, na forma do Regimento Interno da Casa.



# ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

### AÇÃO GOVERNAMENTAL

A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa (Art. 16, LRF)

## DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Municipal para a Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras – ACACIL

#### CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA – ESPECIFICAÇÃO

Crédito Adicional Especial no Orçamento Municipal para concessão de subvenção à Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras – ACACIL

PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO (EXERCÍCIO ATUAL + 2					
SUBSEQUENTES)					
VALOR/ PERCENTUAL					
EXERCÍCIO 2018	EXERCÍCIO 2019	EXERCÍCIO 2020			
R\$ 24.000,00	0,00	0,00			
0,002%	0%	0%			

FONTE DE RECURSO	Recursos Próprios		
	Unidade Gestora: 2 – Prefeitura Municipal de Caruaru		
	Órgão Orçamentário: 24000 – SECRETARIA DE		
	ADMINISTRAÇÃO		
	Unidade Orçamentário: 24001 – SECRETARIA DE		
	ADMINISTRAÇÃO		
DOTAÇÃO	Função: 4 – Administração		
	Subfunção: 122 – Administração Geral		
	Programa: 417 – APOIO À INSTITUIÇÕES SEM FINS		
	LUCRATIVOS		
	Ação: 2.118 - Realização de serviços e ações em		
	parceria com entes e instituições.		

# COMPENSAÇÃO DE EFEITOS FINANCEIROS NA CRIAÇÃO OU AUMENTO DE DESPESA

A compensação dos efeitos financeiros da despesa criada/aumentada será mediante: Informo que existe previsão na LOA 2018 para a despesa.

Ordena	dor da	despe	esa
Data:			



# DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Declaro, para os fins dispostos no inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que o aumento de despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA e é compatível com o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Caruaru, 29 de março de 2018



#### PROJETO DE LEI Nº /2018.

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial no Orçamento Municipal, destinado à concessão de subvenção à Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras — ACACCIL e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARUARU, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Poder Legislativo o seguinte

#### PROJETO DE LEI:

- **Art. 1º** Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder subvenção no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais à Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras ACACIL, com sede e foro nesta cidade, inscrita no CNPJ sob nº 08.862.260/0001-88 e reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2.813, de 24 de agosto de 1983.
- **Art. 2º** A subvenção concedida tem a finalidade de custeio de despesas em material de expediente, material de limpeza e higiene, serviços de terceiros, pessoa física ou pessoa jurídica, pela prestação de serviços profissionais, manutenção de equipamentos e outras despesas de conservação das instalações e funcionamento da instituição, como água, luz e telefone.
- § 1º A entidade beneficiada deverá, até o prazo de 60 (sessenta) dias, após a liberação de cada parcela, elaborar a prestação de contas, apresentando-a à Controladoria do Município de Caruaru na forma estabelecida na lei ou convênio.
- § 2º Caso não haja o cumprimento do estabelecido no § 1º, haverá imediata suspensão dos repasses.
- § 3º A subvenção de que trata o "caput" do artigo 1º deverá estender-se até 31 de dezembro de 2018.
- **Art. 3º** As despesas decorrentes do crédito autorizado por esta Lei, serão custeadas com os recursos previstos pelo artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e serão detalhadas no Decreto de abertura, bem como a classificação orçamentária competente.
- **Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 02 de janeiro de 2018.

Palácio Jaime Nejaim, 29 de março de 2018; 196° da Independência; 130° da República.